



Irradiação e Comércio Internacional: Aumento do controle empresarial sobre o suprimento global de alimentos.

Ao redor do mundo, multinacionais como Phillip Morris/Kraft, Del/Monte e até Mitsubishi, estão planejando usar irradiação para ampliar seu alcance global. Por quê? A irradiação duplica ou triplica o tempo de estocagem de produtos alimentícios, mata os insetos invasivos das frutas e vegetais, e mascara a contaminação que resulta da produção de carnes industrializadas.

Empresas multinacionais do ramo da alimentação estão interessadas em cultivar mais frutas e vegetais nos países em desenvolvimento -onde a mão de obra é barata e os produtos químicos para agricultura, em muitos casos, praticamente não são regulamentados. A irradiação não somente permite que os alimentos sejam transportados por longas distâncias graças ao aumento de seu tempo de estocagem, mas também mata insetos e outras espécies invasivas consideradas “barreiras ao comércio”.

A irradiação é também promovida como um substitutivo para o brometo de metila, um agrotóxico usado para controlar os insetos, as ervas daninhas e os patógenos em mais de cem culturas, que está sendo deixado de lado porque deteriora a camada de ozônio, além de causar outros danos ambientais.

Países como México, Israel, Hungria, África do Sul e China estão planejando usar a irradiação nos produtos agrícolas. Da mesma maneira, Estados Unidos, França e os Países Baixos -os três exportadores dos produtos agrícolas de maior valor do mundo- estão planejando usar irradiação para diversos tipos de alimentos.

O setor de carnes também está promovendo a irradiação, como uma forma de matar as bactérias que permanecem na carne. Os animais vivem em condições repugnantes de superlotação e são abatidos e processados em matadouros sujos -às vezes enquanto ainda estão vivos- com linhas de abate desumanas e de deslocamento rápido. Em lugar de assegurar que a carne esteja livre de fezes, urina, pus e vômito, as

empresas produtoras de carne querem mascarar estas condições de falta de higiene lançando mão do uso da irradiação para eliminar os patógenos de origem alimentar.

A irradiação incrementa a industrialização de nosso suprimento de alimentos, permitindo, assim, que grandes empresas ganhem mais comando e controle sobre todo o suprimento alimentar do mundo. Para maximizar seus lucros, as multinacionais do ramo de carnes, inclusive Cargill/Excel, IBP e Tyson, estão fazendo uso de sua influência nas negociações do comércio internacional para promover a irradiação.

Pequenos produtores de alimentos e agricultores familiares não podem competir com explorações agrícolas empresariais onde os trabalhadores são pagos insuficientemente e explorados. As iniciativas empresariais de alimentos industrializados também tratam o solo e a água como mercadorias disponíveis para exploração com o propósito de gerar lucro.

Os acordos comerciais que incentivam a comercialização de alimentos em escala global aumentam a pressão sobre os pequenos produtores. Como resultado, os produtores independentes estão perdendo suas terras e acabam forçados a migrar para as cidades, onde vivem na pobreza e amiúde têm de trabalhar em *sweatshops* (lojas que exploram os empregados exigindo-lhes trabalho excessivo e pagando-lhes salários de fome), isso se forem capazes de achar trabalho.

Alimentos irradiados = alimentos perigosos e nutricionalmente deficientes

A irradiação descarrega nos alimentos uma radiação equivalente a centenas de milhões de raios X de tórax. Estes altos níveis de radiação disparam

uma complexa seqüência de reações que literalmente desmancham a estrutura molecular dos alimentos. Deste processo derivam produtos químicos novos e não identificados cuja segurança ainda é uma incógnita. Um desses produtos químicos, conhecido como 2-DCB, tem mostrado, em ratos e em culturas de células humanas, que provoca danos celulares e/ou genéticos. Este produto químico nunca foi achado naturalmente em nenhum tipo de alimento na Terra. Ironicamente, é notório como “marcador”, sendo usado como parâmetro para determinar se um alimento foi irradiado.

O alimento irradiado também fica desprovido de valor nutritivo. Por exemplo, -segundo os próprios cientistas da FDA- a irradiação elimina até 80 % da vitamina A dos ovos, e metade do beta-caroteno do suco de laranja. Este problema é potencializado pelo tempo de armazenamento do produto, porque enquanto está armazenado, seu valor nutritivo diminui. Se os alimentos irradiados forem armazenados por mais tempo e transportados a uma distância cada vez maior de seu local de produção, chegarão à mesa do consumidor com quase nenhum valor nutritivo. Todo o mundo estará ingerindo comida plástica.

As Novas Leis Dão Cobertura

Mais de 140 nações estarão em breve autorizadas a irradiar os alimentos (em qualquer dose), comercializá-los “livremente” com quaisquer outros países (quer queiram eles importá-los, quer não) e servi-los a pessoas que podem não saber que o alimento que estão comendo pode deixá-las ainda mais doentes do que os patogênicos que se pretende eliminar com a irradiação. A *Codex Alimentarius Commission*, criada em 1961, é um órgão internacional independente que desenvolve padrões globais para o comércio globalizado de alimentos. Sob uma política aparentemente inócua de “harmonização”, a *Codex Commission* -cujos membros não são eleitos nem estão sujeitos a remoção por parte dos cidadãos- tem assumido papel de protagonista na quebra de “barreiras” de comércio para promover o “livre” comércio de produtos agrícolas. Segundo esta harmonização, a Inglaterra, por exemplo, não teria permissão para bloquear importações de alimentos da França, mesmo tendo leis mais severas de segurança alimentar.

No caso da irradiação de alimentos, são os Estados Unidos que estão tentando abaixar os padrões dos países que baniram ou limitam estritamente a produção, venda e/ou importação de alimentos

irradiados, tais como o Japão e a maioria dos membros da União Européia.

O International Consultative Group on Food Irradiation (Grupo Consultivo Internacional Sobre Irradiação de Alimentos -ICGFI) é outro órgão reservado de tomadores de decisão que está promovendo o uso da irradiação de alimentos. Como a Codex, o ICGFI se reúne a portas fechadas e tem escolhido de forma não democrática seus líderes, muitos dos quais trabalham no próprio ou têm laços estreitos com o setor privado.

No dia 3 de novembro de 2000, o ICGFI decidiu em uma reunião particular em Genebra, que qualquer alimento pode ser irradiado em qualquer medida de forma segura -sem que se estude ou muito menos se identifique os compostos químicos formados em decorrência das altas doses de irradiação. Esta decisão está sendo agora encaminhada ao Codex, que poderia adotá-la como padrão global oficial dentro dos próximos dois anos.

Acrescentando mais uma camada a esta pilha de atitudes não-democráticas, o ICGFI, que tem 46 nações-membro, (incluindo os Estados Unidos, o Brasil, a Coréia do Sul e a China, todas elas proponentes da irradiação) auxilia no estabelecimento dos padrões de segurança alimentar da Organização Mundial do Comércio, que conta com mais de 140 nações-membro.

Efetivamente, o ICGFI aprovou a liberação do uso de altas doses de irradiação estando representadas na reunião apenas 24 das 46 nações-membro.

O QUADRO GERAL

A globalização da segurança alimentar e dos padrões de qualidade alimentar significa que os cidadãos terão escasso controle sobre os alimentos que consomem. As *agribussines* globais exercerão influência sobre esses órgãos internacionais, já que somente eles terão cacife para atuar no cenário internacional. Em nome da promoção do livre comércio, a tão batalhada proteção ao consumidor será, se não enfraquecida, totalmente eliminada..

Alguns países, temerosos de que seus consumidores possam ser forçados a comer alimentos nocivos irradiados, geneticamente modificados e outros, têm solicitado a implementação do “princípio precautório” como uma maneira de salvaguardar sua soberania em questões de segurança alimentar. Até agora, no entanto, os Estados Unidos têm se oposto a essa política, argumentando que ela impediria o livre comércio.



Para mais informações
Contate-nos:
202-546-4996
cmepe@citizen.org
www.citizen.org/cmepe